



Partido Comunista Português

Organização da Região Autónoma dos Açores

Nota Informativa

O PCP/Açores alerta: A SINAGA não pode servir para o negócio imobiliário. Onde está o plano de viabilização económica da SINAGA?

O Presidente do Conselho de Administração da SINAGA, sob orientação do Governo Regional do PS, veio anunciar a venda em lotes do valioso património constituído pelos terrenos de implantação da fábrica em Ponta Delgada. Trata-se de cerca de 50 mil metros quadrados envolvidos pela malha urbana. Não é nada que não se esperasse: já antes da aquisição da SINAGA pela Região chegou a ser anunciado um projeto imobiliário para os terrenos que agora vão ser objeto de alienação. Em abril de 2008 a administração da SINAGA já apresentara à Câmara um projeto imobiliário, dando-o também a conhecer ao Governo Regional. Na altura, o objetivo declarado não era encerrar a laboração, mas tão-somente deslocalizá-la fora do perímetro urbano da cidade de Ponta Delgada.

A ideia de alienar os terrenos, como se vê, já vem de longe. E tudo foi encaminhado para que os interesses imobiliários prevalecessem sobre qualquer outra consideração.

O PCP/Açores sempre considerou que a decisão do governo regional - de deixar morrer esta centenária agroindústria açoriana - como um autêntico crime económico e social, sendo que a sustentabilidade da economia regional só é possível com o reforço e desenvolvimento do sector produtivo.

O PCP sempre considerou que a única via para a SINAGA seria a sua reestruturação, não limitando a sua atividade apenas à produção do açúcar de beterraba, mas também à transformação de outros produtos.

Propôs até a possibilidade da construção de uma nova unidade fabril, de preferência colocada no concelho da Ribeira Grande, que o próprio Presidente da Câmara achou ser um investimento de grande importância e estratégico para o concelho.

Este investimento depende do Governo Regional, o acionista maioritário da empresa. O seu financiamento, que chegou a ser considerado como merecedor de fundos europeus, poderia também ser financiado pela própria

venda do seu património. É uma questão de opção política: investir ou não na produção e no emprego.

A Câmara Municipal de Ponta Delgada tem a obrigação e o dever de pronunciar-se, desde já, esclarecendo o que sabe acerca desta operação. Existe algum acordo prévio com potenciais investidores/compradores? E tem a Câmara Municipal informação sobre os usos que se pretende dar aos terrenos? Está considerada a hipótese de alterações ao PDM - Plano Director Municipal e qual o quadro legal em que se suportam?

O modelo de desenvolvimento da cidade, comportando sérias consequências em termos populacionais, sociais, de segurança e de qualidade da vida, não pode ser decidido pelos meros interesses do setor imobiliário.

A SINAGA, depois de tanto fundo público injetado, é também património dos cidadãos.

A Sinaga, no âmbito de um plano agrícola e industrial integrado, poderá ser uma empresa viável, promotora de emprego e com futuro, capaz de fomentar a diversificação agrícola regional.

Mais uma vez, cabe perguntar: qual o futuro da SINAGA enquanto unidade de transformação? A venda dos terrenos de Ponta Delgada será o fim da SINAGA ou estará associada a esta operação a construção de uma nova fábrica?

Dito na sua forma mais simples: como irá ser utilizado o produto financeiro da venda do património da SINAGA?

15 de junho de 2018

A DORAA do PCP